



60

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003594-86.2014.8.17.0000(0332500-8)

CORREIÇÃO PARCIAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL-PE

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. CORREIÇÃO PARCIAL. JUIZ QUE INDEFERE PEDIDO DE DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELO PARQUET PARA LOCALIZAR E CITAR TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA ACUSAÇÃO. POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO PELO PRÓPRIO ÓRGÃO MINISTERIAL. TUMULTO PROCESSUAL INEXISTENTE. RECURSO IMPROVIDO – IMPROVIMENTO DO RECURSO, POR UNANIMIDADE.


- Não há que se falar em inversão tumultuária do processo o indeferimento, pelo juiz, de requerimento das diligências requisitadas pelo Ministério Público no sentido de obter a localização de testemunhas. Como se sabe, o *parquet* ostenta amplos poderes conferidos pela Carta Magna, entre eles, a obtenção de informações diretamente aos órgãos públicos, consoante preconiza o art. 129, da Lei Maior.
- É cabível o requerimento de diligências pelo órgão ministerial ao Poder Judiciário sempre que demonstrada a incapacidade de sua realização por meios próprios, o que não é o caso ora analisado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Correição Parcial nº 332500-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores,

61
componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de
votos, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 17 de junho de 2014.



Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente



62

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003594-86.2014.8.17.0000(0332500-8)

CORREIÇÃO PARCIAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL-PE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de Correição Parcial interposta pelo Ministério Público de Pernambuco, através de seu Promotor de Justiça com atribuições junto à 1ª Vara do Júri da Comarca da Capital, com pedido de liminar, em razão do despacho exarado pelo Juiz de Direito da mesma Vara, que indeferiu o requerimento ministerial de diligência para localizar testemunhas.

Alega o *parquet* que o Juízo de Direito indeferiu os pedidos de diligências para localização e citação de testemunhas e ainda concedeu o prazo de 30 dias para que a citação fosse realizada.

Requer, assim, liminarmente a suspensão do prazo de 30 dias estipulado e, no mérito, requer que seja o despacho proferido pelo magistrado *a quo* anulado ante a imprescindibilidade das diligências requeridas.

Às fls. 39 e 40, foi indeferido o pedido de liminar e solicitadas às informações de Estilo.

Às fls. 48 e 49, o Juízo de Direito da 1ª Vara do Júri da Comarca da Capital apresentou informações.

Nesta instância, manifestou-se a douta Procuradoria de Justiça, às fls. 55 e 56, pelo indeferimento da correição parcial, permanecendo irretocável a decisão combatida.

É O RELATÓRIO.

Recife, 19 de junho de 2014.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Presidente/ Relator



63

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003594-86.2014.8.17.0000(0332500-8)

CORREIÇÃO PARCIAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL-PE.

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relato, trata-se de Correição Parcial interposta pelo Ministério Público de Pernambuco, através de seu Promotor de Justiça com atribuições junto à 1ª Vara do Júri da Comarca da Capital, com pedido de liminar, em razão do despacho exarado pelo Juiz de Direito da mesma Vara, que indeferiu o requerimento ministerial de diligência para localizar testemunhas.

Alega o *parquet* que o Juízo de Direito indeferiu os pedidos de diligências para localização e citação de testemunhas e ainda concedeu o prazo de 30 dias para que a citação fosse realizada.

Requer, assim, liminarmente a suspensão do prazo de 30 dias estipulado e, no mérito, requer que seja o despacho proferido pelo magistrado *a quo* anulado ante a imprescindibilidade das diligências requeridas.

Passo agora à análise do pedido.

Pretende o Ministério Público discutir na seara de Correição Parcial a decisão proferida pelo magistrado de primeiro grau que indeferiu os pedidos de diligência para localização e citação de testemunhas arroladas pela acusação.

64

Como se sabe, a Correição tem por escopo a correção de erros oriundos de atos judiciais omissivos ou comissivos. Não está prevista em nosso ordenamento jurídico, embora reconhecida pelos arts. 6º e 9º da Lei Federal 5.010/66 e em legislações esparsas de cada estado sobre a organização judiciária.

O erro a ser corrigido pela Correição é, portanto, normalmente de caráter procedimental, com a inversão de atos, a supressão de atos necessários, decisões incompatíveis com o momento processual, demora em decidir etc.

No presente caso, não vislumbro a existência de nenhuma ilegalidade ou inversão tumultuária dos atos do processo no indeferimento, pelo Juízo, de diligência requerida pelo Ministério Público, uma vez que o próprio *Parquet* poderá officiar diretamente e requisitar informações aos órgãos públicos e entidades privadas.

Sendo assim, possuindo o Ministério Público a prerrogativa de obter por conta própria a informação que buscava através da via judicial, a decisão que indeferiu a diligência por ele requerida não configurou erro ou abuso a ser corrigido pela via da correção parcial.

Neste sentido, colaciono o seguinte julgado:

EMENTA: CORREIÇÃO PARCIAL - PROCESSO PENAL - REQUERIMENTO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO JUNTO A OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR PARA LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO DE TESTEMUNHA - INDEFERIMENTO PELO JUIZ - 'ERROR IN PROCEDENDO' NÃO CARACTERIZADO - ATRIBUIÇÃO LEGAL E CONSTITUCIONAL CONFERIDA AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA REQUERER DILIGÊNCIAS JUNTOS AOS ÓRGÃOS. O Ministério Público possui a prerrogativa legal e constitucional para requisitar dados cadastrais personalizados junto aos órgãos e entidades públicos e privados, dispondo de estrutura suficiente para tanto, não sendo, assim, necessária a intervenção do Poder Judiciário para officiar os referidos órgãos, a fim de fornecerem o endereço dos envolvidos. Correição parcial não provida. (TJMG- Processo de nº 10000120994421000MG, Relator Alvimar de Ávila, julgado em 04/02/2013. Publicado em 22/02/2013).

Pelo exposto, nego provimento ao pedido de correção parcial.

É COMO VOTO.